

Sobre o "Orçamento Quilombola"

Ricardo Verdum
Assessor de Políticas Socioambientais
Instituto de Estudos Socioeconômicos, INESC
verdum@inesc.org.br
(61) 3212.0231

Contas Abertas - O senhor já tem algum estudo ou análise, mesmo que preliminar, sobre o orçamento quilombola deste ano?

Ricardo Verdum - Não, infelizmente ainda não tive o tempo necessário para analisar o desenvolvimento do "orçamento quilombola" do governo federal neste ano. Dias atrás, por coincidência, dei uma olhada rápida no andamento do orçamento de 2009, nos números gerais, e fiquei preocupado com o que vi. Preocupado porque parece que a coisa não melhorou muito em relação aos anos anteriores. Ou há problemas de planejamento, ou há problemas na execução, ou são tantos os imprevistos e impedimentos... No Programa Brasil Quilombola, por exemplo, não se conseguiu gastar, em média, mais do que 26% do orçado entre 2005 e 2008. O ano passado, então, foi quando se chegou ao índice mais baixo, 16%. Neste ano, até o dia 12/11, o Siafi/Siga Brasil informa que a relação entre o autorizado e o pago era de 22%. Como já é tradição na administração pública brasileira, não sendo, portanto, algo que nunca se fez igual antes neste país, é possível que daqui até o final do ano a relação entre o orçado e o gasto dê um pulo, fazendo aumentar um pouco essa média.

Contas Abertas - Desde sua implementação, em 2005, o programa Brasil Quilombola já desembolsou R\$ 57,6 milhões (vide anexo). Neste mesmo período, no entanto, deixou de aplicar R\$ 178,7 milhões. Na sua opinião, quais os principais entraves para a execução dos recursos orçamentários destinados aos remanescentes de quilombos ao longo dos anos, em especial no Brasil Quilombola?

Ricardo Verdum - Há uma dificuldade estrutural que é a falta de capilaridade da SEPPIR lá na ponta, como se diz. As políticas públicas para as comunidades quilombolas dependem e muito do desempenho de terceiros: secretarias estaduais; secretarias municipais; ONG; ou mesmo associações locais, criadas pelas próprias comunidades locais. Quando não há o compromisso político e falta interesse, só procedimento burocrático movendo as pessoas, tudo fica muito mais difícil. Em vários casos dar prioridade para essas comunidades é entrar em choque com interesses outros, que vêm no reconhecimento dos direitos das comunidades quilombolas um obstáculo para suas intenções de apropriação de terras e recursos e de utilização dessas pessoas como mão-de-obra barata, vivendo em condições degradantes e sob violências de diferentes formas. Há também muito que ser feito nos campos da saúde, saneamento básico e da educação escolar. Há dados e avaliações suficientes que demonstram estarem entre as populações negras rurais os índices mais baixos em termos de escolaridade, nutrição e saneamento. Considerando os desafios, é pouco o orçamento e lamentável o gasto efetivamente realizado. Em relação aos números que você aponta, vê-se que mais de 80% se destina ao pagamento de indenizações aos ocupantes das terras demarcadas e tituladas aos remanescentes de quilombos. Se o processo de reconhecimento dos territórios quilombolas anda a passos de cágado - com mil empecilhos de ordem legal e burocráticos, pressão política no Congresso Nacional e até no Supremo Tribunal Federal, a ponto da 6ª Câmara de

Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal instaurar inquérito civil público, para apurar a situação geral das políticas públicas destinadas à garantia do direito à terra das comunidades quilombolas - esse número tende a ser pequeno, dando essa distorção toda. Mais recurso para promover as demarcações, sim, é fundamental, mas imprescindível é vontade política para realizá-las.

Contas Abertas - No que se refere ao Orçamento Quilombola, o montante gasto desde 2004 soma quase R\$ 193 milhões. Ainda em 2007, o governo federal anunciou que pretendia investir mais de R\$ 2 bilhões, entre 2008 e 2011, em ações que viabilizassem o acesso à terra, melhoria da saúde, cultura, educação e infraestrutura nas comunidades remanescentes de quilombos. O senhor acredita que essa meta seja tangível até 2011, considerando o Orçamento Quilombola?

Ricardo Verдум - Se olharmos esses números, o desempenho nesses anos, as condições e problemas antes mencionados etc., minha avaliação pessoal é dificilmente. Sempre é possível dizer que tangencial é algo, enfim, que pode significar muitas coisas. O cometa "x" tangenciou o planeta Terra, mas esse tangenciou significa alguns milhares de dezenas de quilômetros; depende da escala etc. Mas voltando ao nosso objeto, como disse, acho difícil. Por outro lado, as populações quilombolas estão e podem estar sendo assistidas por programas do Governo Federal (e por políticas dos governos estaduais) que não dão tanta visibilidade para essa parcela da população. Por exemplo, as despesas com a ação de documentação das pessoas (carteira de identidade e CPF) ou o recurso repassado pelo Programa Bolsa Família. Em várias ações do Ministério do Trabalho, do MDS e do MMA destinadas às chamadas populações tradicionais, onde estão incluídas as comunidades quilombolas, não é dada visibilidade suficiente, ou transparência, de forma a possibilitar mensurar adequadamente o tamanho do orçamento destinado. Agora, se depender só dos programas e ações que conformam o que está sendo chamado de Orçamento Quilombola, e do ritmo como as coisas estão andando, não vai dar não!

Contas Abertas - No que diz respeito às necessidades dos quilombos, o senhor pode dizer que áreas carecem de mais investimentos?

Ricardo Verдум - O básico para qualquer comunidade humana: na eliminação progressiva da discriminação, dos preconceitos e da exclusão de que são vítimas; saúde individual e coletiva; saneamento básico, educação escolar; demarcação e proteção dos territórios e recursos naturais; proteção e valorização das expressões e do patrimônio cultural-artístico; atenção especial para as crianças e à mulher; reconhecimento e fortalecimento das instituições próprias; livre determinação ou autonomia nos seus assuntos internos e locais; no seu desenvolvimento social, cultural e econômico; e no exercício do direito de serem bem informados e esclarecidos e participarem do processo de decisão de políticas que os afetem e aos seus territórios e recursos. Como disse: o básico.

Obrigado!

Obs.: O Orçamento Quilombola está acessível na página do Senado Federal: http://www9.senado.gov.br/portal/page/portal/orcamento_senado/Programas_Sociais